

**AS OPERAÇÕES DOS USUÁRIOS E A VIVÊNCIA COTIDIANA
DAS PRÁTICAS RURALISTAS NA ESCOLA NORMAL RURAL DE
JUAZEIRO DO NORTE (1934-1939)**

ANTONIO GERMANO MAGALHÃES JUNIOR*

SARAH BEZERRA LUNA VARELA**

O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.

(CERTEAU, 1994, p. 38)

A escritura de um texto perpassa um conjunto de desejos e valores que se materializam a cada nova linha escrita. Para que os leitores possam conhecer sobre o que a pesquisa aborda, inicialmente descreveremos a estrutura do artigo e como foi constituída teórica e metodologicamente a referida investigação. Nosso objetivo é compreender o cotidiano das práticas educacionais ruralistas realizadas na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN). A demarcação temporal estabelecida representa os anos de formação das três primeiras turmas da referida escola, que teve seu ato inaugural em 1934, sendo o ano 1939 o marco das festividades de formatura da terceira turma. Acredita-se que as três primeiras turmas representaram a constituição do modelo de formação ruralista exercitado naquelas que posteriormente ingressaram na Escola, respeitando as particularidades que cada temporalidade constitui nas tramas cotidianas. O arcabouço teórico que possibilitou nosso ato investigativo se constituiu principalmente dos escritos de Michel de Certeau (1994), em especial a categoria de *Invenção do Cotidiano*.

O dia-a-dia das práticas escolares ruralistas materializa a existência de um cotidiano institucional que se define por um lugar de trabalho, um tempo e um contexto que convivem como um amálgama que perpassa e é perpassado por tudo que constitui a

* Universidade Estadual do Ceará – UECE; Doutor em Educação.

** Universidade Estadual do Ceará – UECE; Estudante do Curso de Mestrado em Educação da UECE; Bolsista FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

realidade das ações humanas no tempo. O pensar investigativo voltado para a ENRJN necessita, portanto, compreender anteriormente as relações existentes entre o contexto social, político, econômico, cultural e a escola.

“A Era da Catástrofe”, foi assim que Erick Hobsbawm (1995) nomeou os anos de crise econômica que se seguiram à Grande Guerra de 1914 e que teriam seu ponto de culminância com o crash da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929. A crise mundial perpassou fronteiras, conduzindo uma reestruturação econômica, política, social e cultural. As sociedades vivenciaram mudanças que impulsionaram o recrudescimento de nacionalismos, estimulando defensores de protecionismos econômicos, movimento que faria parte dos precursores da Segunda Grande Guerra.

O Brasil não ficava à margem da grande crise. A economia nacional estava demasiadamente atrelada à exportação de café, fragilizada em momento de diminuição das compras externas e de falta de recursos para o desenvolvimento de uma indústria que atendesse às necessidades internas. O Brasil das duas primeiras décadas do século XX, vivenciando uma situação econômica dependente dos compradores externos, constituiu-se uma nação marcada pela política oligárquica, em sua maioria por produtores rurais que controlavam “currais eleitorais” num movimento que ficou conhecido como “política dos coronéis” (FAUSTO, 1996). País eminentemente agrário, o Brasil vivenciou momentos de industrialização no final do século XIX, mas mantinha na agricultura, em particular na monocultura do café, seu pilar de sustentação econômica. Dependente das políticas oligárquicas ruralistas, o país vivenciava o crescimento dos centros urbanos em um misto de contradição e progresso. Contradição porque a fonte básica de sustentação nacional estava no campo. Entretanto, o surto modernizador pelo qual passava a humanidade impulsionava o “sonho” de que a cidade proporcionaria um lugar de progresso e de vida mais cômoda, com o aprimoramento das máquinas e o surgimento de bens de consumo que possibilitassem conforto, mesmo em um momento de crise.

Associados à crise econômica que o mundo amargava no final da década de 1920, surgem movimentos políticos no Brasil que romperiam com o modelo da política do café com leite, centralizada por decisões e escolhas governamentais nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Após as eleições de 1º de março de 1930, nas quais Júlio

Prestes foi o candidato eleito, instaurou-se um golpe militar para depor Washington Luís, presidente no período. Já em 11 de novembro de 1930, através do decreto nº. 19.398 foi instituído o governo provisório sob a chefia de Getúlio Vargas.

A relação que podemos estabelecer inicialmente entre nosso objeto de investigação e o contexto em que estava inserido é a importância atribuída, neste momento histórico, ao meio rural na economia nacional. A agricultura brasileira vivenciou, desde o período colonial, características de monocultura. Podemos destacar também o modelo de mão-de-obra escrava, vigente até o fim do período imperial. Segundo Celso Furtado (1959), este modelo repercutiria enormemente no atraso que o Brasil vivenciaria em relação ao seu desenvolvimento econômico. Esses dados historiográficos são importantes, pois estão associadas aos ideais que constituirão o movimento ruralista da educação, fundamentado na formação do homem do campo, objetivando a fixação do mesmo e o desenvolvimento nacional (MENNUCCI, 1944).

A política de Vargas inicialmente se constituiu de ações ambíguas estimuladoras do desenvolvimento agrícola e da indústria (CORSI, 2000), tornando-se um governo caracterizado pela tentativa de conciliação dos diferentes interesses que permeavam a sociedade brasileira. A opção pela industrialização somente capitaneará as ações governamentais a partir de 1937, sendo que, nos primeiros anos da década de 1930, havia ainda esperanças e ideais de que o Brasil poderia sobressair-se à crise mundial através de uma política de desenvolvimento agrícola, como vinha ocorrendo na sua história.

Apesar das mudanças representadas pelo esquema Aranha¹, as medidas referentes ao câmbio e à dívida externa sugerem que Vargas, nesta época, ainda não apostava na industrialização como uma possibilidade de desenvolvimento para o país. Parece que o governo acreditava que a superação da crise e o futuro do Brasil dependiam da sorte das exportações de produtos primários (CORSI, 2000: p. 44).

Nesse mesmo período histórico, uma tendência de pensamento, uma ação política, social e econômica denominada ruralismo pedagógico se constitui, com o objetivo de construir “a idéia de uma escola voltada para as tarefas práticas e necessidades (que supunha) imediatas das populações pobres do campo [...] em um

¹ O “Esquema Aranha” foi um acordo celebrado em relação à dívida externa em que Getúlio Vargas procurou adequar os pagamentos às reais condições econômicas do país.

discurso ideológico bastante aceito e legitimado” (PRADO, 1995: p. 06). Para a referente autora, duas campanhas merecem destaque: a “Marcha para o Oeste [que foi uma] política de interiorização difundida por meio da campanha [governamental que] pretendia solucionar problemas e tensões existentes no campo, deslocando ‘excedentes’ e trabalhadores sem terra para áreas não contestadas pelos grandes proprietários rurais” (IDEM: p. 2), e o “8º Congresso Brasileiro de Educação” - evento realizado em comemoração a inauguração da cidade de Goiânia, em julho de 1942, tendo como temática: *A educação primária fundamental*. Eram campanhas que visavam “criar disposições favoráveis à vida rural, contribuindo, ao mesmo tempo, para incentivar a ida das populações pobres para o interior, além de favorecer a permanência do trabalhador rural no campo” (IDEM: p. 2). Essa conjuntura impulsionou o surgimento de um novo modelo de escola brasileira que foi a escola rural que se diferenciava das instituições escolares citadinas. Ao contrário destas, objetivava não só ensinar a ler, escrever e contar, mas estimulava a valorização da vida no campo, visando à adaptação do homem ao meio em que vivia. Era uma “escola pragmática que não deveria ‘encher o cérebro de conhecimentos especulativos [o objetivo] é, sim, tornar o indivíduo capaz de adquirir a sabedoria de se aplicar a um trabalho proveitoso” (IDEM: p. 6).

A campanha de ruralização se inicia oficialmente no governo Vargas com a “Marcha para o Oeste” em 1938, sendo que a fundação da ENRJN ocorreu em 1934, antecedendo o marco da política governamental de ruralização. A gênese da referida instituição de formação de professores ruralistas representou a materialização de ideais e tornou-se símbolo modelar, incentivador de novas iniciativas. A ENRJN passa a ser modelo nacional, mas constitui uma forma própria de fazer sua formação ruralista.

Assim, procurando estabelecer relações que auxiliem a constituição das tramas que possibilitam a compreensão das práticas ruralistas vivenciadas no cotidiano da ENRJN, devemos compreender o que na época da criação da escola se entendia por ruralismo pedagógico. Um dos personagens que marcaram os relatos dos primeiros anos de funcionamento da referida instituição é o Sr. Plácido Aderaldo Castelo, na época Juiz Municipal de Juazeiro do Norte. Personagem reconhecido entre os que são nomeados fundadores do primeiro estabelecimento educacional para formação de professores no meio rural no Brasil (LOURENÇO FILHO, 2001; SOUSA, 1961; OLIVEIRA, 1984;

SOUZA, 1994). Ao escrever livro no qual relata o surgimento da escola o Dr. Plácido, como era usualmente chamado (OLIVEIRA, 1984), retrata a contribuição que a escola prestaria na solução de questões referentes ao meio rural, facilitando assim nosso entendimento sobre o que se vivenciava como *ruralismo pedagógico*.

[...] a progressiva adaptação e fixação do homem ao meio, capacitando-o, por uma instrução adequada, acorde com suas necessidades, em consonância com os imperativos mesológicos, étnicos e sociais do nordeste, a ser um fator positivo na produção e desenvolvimento econômico (CASTELO, 1951: 8).

Sendo a Escola constituída, suas atividades iniciaram no dia 13 de março de 1934 com o Exame de Admissão, aplicado em um salão do Orfanato Jesus, Maria e José, cedido pelas Irmãs de Santa Tereza. As aulas aconteceriam inicialmente no referido local até que os trabalhos de conclusão das obras do prédio definitivo fossem finalizados.

Escola destinada a contribuir com o desenvolvimento do meio rural através da ação educativa do “homem do campo”. A formação de professores que estivessem preparados para atuar não somente com características específicas da vida no campo, mas no trato com a higiene e profilaxia era uma necessidade propalada desde o final do século XIX. Escola de formação no meio rural estava consorciada com os ideais do que se passou a chamar de *ruralização do ensino*, movimento propagado na primeira metade do século XX por pensadores sociais, tais como Sílvio Romero, Alberto Torres², o sanitarista Belizário Pena e o educador Sud Mennucci (LOURENÇO FILHO, 2001). O ensino regular no meio rural surgiu no fim do segundo Império e se consolidou na primeira metade do século XX (THERRIEN; DAMESENO (Org.), 1993).

² “Alberto Torres nasceu em Itaboraí (RJ), em 1865. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Ingressando na carreira política, elegeu-se primeiramente deputado estadual (1892-1893) e em seguida deputado federal (1893-1896) pelo estado do Rio de Janeiro. A convite do presidente Prudente de Moraes, assumiu a pasta da Justiça em 1896, permanecendo no cargo até 1897. De 31 de dezembro desse ano a 31 de dezembro de 1900, foi presidente do Estado do Rio. Em abril de 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Um dos expoentes do pensamento ruralista brasileiro, publicou em 1914 os livros *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* e, em 1915, *As fontes da vida no Brasil*, nos quais concebia o Brasil como um país de natureza essencialmente agrária, opondo-se assim a qualquer veleidade industrialista. Nacionalista, defendia o fortalecimento do Executivo, convocando os intelectuais a participar da organização da sociedade. A nação, segundo suas palavras, deveria organizar-se “como corpo social e econômico, não devendo copiar nem criar instituições, mas fazê-las surgir dos próprios materiais do país”. Suas idéias estiveram bastante em voga na década de 1930, com o movimento integralista” (http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_albertotorres.htm).

Portanto, para compreender as idiossincrasias da referida instituição, o exercício de historiar suas práticas ruralistas, considerando a temporalidade, o contexto e o lugar de trabalho onde elas eram exercidas, necessita de arcabouço teórico que permita a análise e a constituição de interpretações impostas pelo ato investigativo.

É assim que, ao utilizarmos do conceito de cotidiano, compreendemos que ele evidencia as formas de fazer que os seres humanos exercitam ao enfrentarem as necessidades de sobrevivência e relacionamentos sociais. Problematizar as práticas humanas possibilita visualizar as microdiferenças, destacando ações onde a maioria somente percebe a uniformidade e o conformismo. Certeau (1994) demonstra que existem formas de resistência, práticas que se constituem em tramas do cotidiano em que nós, seres humanos, não negando o que é apresentado e muitas vezes imposto, materializamos nossas resistências em formas de fazer e práticas diferenciadas, em verdadeiras ações táticas, operadas no relacionamento entre o que é “imposto” e o que é desejado. O estudo do cotidiano vem caracterizando as pesquisas em educação (CHIZZOTTI, 1992) e, por essa razão, acreditamos que o referido interesse se associa à compreensão de como era exercitado o fazer a cada dia, buscando estabelecer relações entre o fazer e os modelos e ideais de educação característico do tempo em estudo.

Ao iniciarmos os trabalhos de investigação sobre a ENRJN, realizamos pesquisa e coleta documental, principalmente junto a pessoas que vivenciaram as práticas cotidianas na referida instituição educacional. Atualmente, contamos com uma base de dados composta de fontes que foram previamente catalogadas e digitalizadas para análise³. Compartilhamos do pensamento de Orso quando diz que

[...] a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está escrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando interrogada. A fonte é uma ponte, um vínculo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado. (2004: p. 2).

As fontes utilizadas na pesquisa foram constituídas de diferentes mídias. Inicialmente, o processo de organização parecia ser um empecilho devido o tempo e os

³ Todas essas fontes estão disponíveis no grupo de pesquisa EDUCAS (Educação, Cultura Escolar e Sociedade), vinculado à Universidade Estadual do Ceará.

recursos escassos, afinal, as mídias estudadas compõem um acervo de fotografias, jornais, documentos administrativos da escola, entrevistas, revistas e anais produzidos no cotidiano das práticas dos usuários que vivenciavam a ENRJN.

Diante das dificuldades iniciais da investigação, optamos pela utilização de um software capaz de sistematizar a organização dos dados coletados. O programa de computador utilizado foi o Atlas-TI, pois sua capacidade de gerenciamento de informações por meio da categorização das fontes possibilitou a classificação das imagens (documentos digitalizados), proporcionando assim maior abrangência e otimização no estudo.

Escolhidas as ferramentas, considerando os desafios a serem enfrentados, passamos a trabalhar com as fontes, pesquisando em busca do que definimos como práticas ruralistas, consorciadas às instituições ruralistas e à cultura material vivenciadas no cotidiano da ENRJN. Estas foram as categorias de análise escolhidas para nortear o processo de leitura do Jornal O Lavrador.

Compreendemos que as práticas escolares ruralistas representavam ações cotidianas vivenciadas na Escola que se voltavam para a formação do homem no campo. O conceito de prática e o conceito de ruralismo, unidos formam o conceito de práticas ruralistas. Pois, “as práticas escolares, [entendidas] como ação de objetivação, constituem expressão material desse discurso acerca da vida da escola [...] A idéia de prática escolar faz referência a ‘todas as vivências, experiências e ocorrências escolares - intencionais ou não’, acepção que permite compreendê-la como uma prática sociocultural”. (FARIAS; MAGALHÃES JUNIOR, 2007, p. 59).

Na ENRJN, as práticas escolares ruralistas estavam circunscritas em momentos das aulas que se voltavam para as atividades agrícolas, discussões sobre a importância das plantações, como e o quê plantar e práticas higienistas. Além do mais, excursões e eventos escolares são próprios deste modelo de educação rural. Dos 42 exemplares de Jornal analisados, entre os anos de 1934 a 1939, que totalizam 332 páginas, encontramos 192 citações que caracterizam as práticas ruralistas. A categoria **práticas**

ruralistas foi subcategorizada⁴ em: higienismo, culturas (Agricultura - explicações sobre como, o quê e para quê plantar, Sericicultura, Apicultura), excursões e eventos.

A subcategoria higienismo é descrita nos jornais em quatro citações de palestras sobre a higiene do corpo (boca e mãos), do vestuário, da casa e da água. A instituição ruralista responsável por estes trabalhos era o *Pelotão da Saúde*.

As subcategorias culturas foram registradas em 68 citações a respeito de agricultura, onde encontramos palestras sobre como, o quê e para quê plantar e qual a importância dessa atividade, sobre quais insetos podem destruir uma plantação e como combatê-los, diálogos dramatizados que são formas lúdicas de tratar as práticas agrícolas. O plantio do algodão - como realizar sua colheita, sua importância econômica para o crescimento do país - aparece com frequência. A mandioca e a cana-de-açúcar são, em seguida, as culturas mais abordadas.

As excursões eram atividades constantemente realizadas na Escola, cujas citações sobre elas foram contabilizadas 13 no Jornal. Os alunos concludentes normalmente realizavam passeios à cidade de Fortaleza, como também a outros estados. Além disso, os alunos visitavam municípios próximos de Juazeiro, objetivando fundar clubes agrícolas e propagar os trabalhos formativos ruralistas.

Sobre os eventos na ENRJN encontramos 27 citações que explicitam momentos como Semanas Ruralistas de Educação Rural do Estado, de combate aos insetos nocivos; Congresso de Ensino Regional; Fundação de Clubes Agrícolas; Concursos da mandioca e do algodão; e comemorações do dia da árvore, da ave, da amoreira e do aniversário de Morte de Alberto Torres.

Sobre a categoria instituições ruralistas contabilizamos 101 citações relacionadas. Estas se subdividirão em subcategorias. Dentre elas, as mais significativas para a investigação são as instituições educacionais ruralistas. Estas se caracterizam por voltarem-se às necessidades e práticas peculiares ao homem camponês. A escola rural estimulava a valorização da vida no campo, visando à adaptação do homem ao meio em que vivia. As instituições que são mais comentadas nos jornais são o Clube Agrícola da

⁴ As subcategorias são as temáticas mais frequentes nos jornais. Existem outras temáticas que aparecem, mas com menor incidência.

ENRJN, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Liga da Amabilidade, o Grêmio Pe. José de Anchieta, Departamento de Combate à Saúva e o Departamento de Fiscalização e Classificação Interna do algodão. O Clube Agrícola da ENRJN tinha como responsabilidade a publicação do *O Lavrador*. Por essa razão, em todos os exemplares ele é citado. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, citada 05 vezes nos jornais, era uma

entidade de propósitos nacionalistas, criada no Rio de Janeiro por intelectuais ligados às diversas correntes autoritárias, dentre elas o integralismo, e com núcleos regionais em Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Goiás e São Paulo, tinha como atividade principal a discussão dos problemas nacionais, educação rural, imigração e recursos naturais, por exemplo, sempre refletidos à luz do pensamento de grande sociólogo". (MONARCHA, 2007, p. 27).

A Liga da Amabilidade se apresentava como instituição destinada à convivência entre os colegas de escola. Nos jornais, ela é citada 06 vezes. Já o grêmio literário Pe. José de Anchieta, citado 12 vezes, objetivava principalmente comemorar as datas cívicas estaduais, nacionais e municipais. O Departamento de Combate à Saúva promovia palestras que instruíam os alunos sobre como combater as pragas que destroem as plantações. Aparece no Jornal somente duas vezes. O Departamento de fiscalização e classificação do algodão - instituição responsável pela fiscalização da produção do algodão como forma de melhorar os métodos de produção e a qualidade do algodão, e evitar os desleixos e as fraudes – aparece com maior frequência nos exemplares 37, 38, 39 e 40. Outras instituições importantes como o Pelotão da Saúde, o Grupo Rural Modelo, Clubes Agrícolas de outras instituições também são citados nos jornais por meio dos relatórios, das atas ou das palestras proferidas pelos alunos, professores e/ou convidados.

Sendo assim, a constituição dessas práticas escolares ruralistas advém do funcionamento de instituições ruralistas relacionadas à ENRJN e análise da relação entre esses fatores nos proporciona a compreensão de como os ideais do Movimento Ruralista foram materializados em forma de instituições e como estas passaram a exercer seu papel de divulgadoras e fabricantes do ruralismo. Sabemos que as instituições educacionais constituem processos de identidade e estes são modelados e

praticados em relação com as necessidades e os valores de uma sociedade, mas não podemos deixar de creditar a importância das características específicas da comunidade em que a instituição educacional está inserida, na operacionalização dos ideais propalados por ela. Como afirmou Certeau: “É necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização” (1994, p.40)

Sobre a categoria cultura material, dos 42 exemplares analisados destacamos 124 citações. O próprio Jornal *O Lavrador* é o principal exemplo desta categoria, pois foi por meio dele que encontramos descrições de atividades caracterizadas por realizarem ações que se diferenciavam de aulas ministradas em uma escola cidadina. Atas, relatórios, livro de impressões da escola, periódicos diversos enviados à instituição e correspondências são os elementos mais frequentes nos exemplares. 14 atas de reuniões de instituições ruralistas específicas ou de encontros festivos da escola aparecem nos exemplares, os relatórios são ao todo 21 citações que se tratam de descrições de atividades realizadas pelos alunos ou professores durante o ano letivo ou em atividade extracurriculares. O livro de impressões é um objeto peculiar da instituição, pois nele os visitantes deixavam suas boas opiniões sobre a escola. Normalmente, essas visitas eram de pessoas ilustres da cidade ou do Estado. Como exemplo, podemos citar as impressões deixadas por Moreira de Sousa.

Constantemente a escola recebia periódicos de outras instituições. No *O Lavrador*, 06 citações foram encontradas com relação a esses periódicos. As correspondências: telegramas, cartas; eram transcritas e publicadas no Jornal escolar. Praticamente, em todos os exemplares, as correspondências são elementos constitutivos do Jornal. Podemos destacar os telegramas enviados pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Secretario de Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema.

Agradeço comunicação vosso telegrama vg. faço votos por que trabalhos Semana Ruralista Joazeiro sejam os mais proveitosos para causa da educação rural nesse Estado pt.

Sds.

GUSTAVO CAPANEMA – Ministro Educação

Apraz-me agradecer comunicação haver sido instalada Semana Ruralista
louvavel iniciativa Sociedade Amigos Alberto Torres

GETULIO VARGAS

Tendo em vista os dados encontrados na escrita dos exemplares do O Lavrador, pode-se constatar que as práticas ruralistas exercitadas na ENRJN eram constituídas de um misto do que se propalava ser os ideais ruralistas com as características marcantes dos que faziam uma escola de formação de professores em uma cidade marcada pela religiosidade, o messianismo, os conflitos políticos e a esperança de salvação do povo que labutava na terra. Certeau (2007), através do conceito de “invenção do cotidiano”

[...] possibilita crer firmemente na “liberdade gazeteira das práticas”, de ver diferenças e de perceber as microrresistências que fundam microliberdades e deslocam fronteiras de dominação; a invenção de perspectivas, que fundamenta a sua *Invenção do cotidiano*, desloca a atenção “do consumo supostamente passivo dos produtos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos” (p. 117).

Para melhor compreendermos o movimento de ruralização da educação na perspectiva da razão técnica devemos considerar que a melhor forma de organizar e fazer funcionar os referidos ideais é atribuindo-lhes lugar, papel, modelos de como fazer produto a consumir e produzir. No caso do ruralismo vivenciado na ENRJN havia uma relação direta com as coisas do sagrado, afinal, como escreviam os alunos, "a Escola Normal Rural de Joazeiro [era] este templo de saber e de trabalho, onde comungamos a idéia santa do ruralismo, da instrução e do saber"⁵. Certeau reconhece que o “homem ordinário inventa o cotidiano graças às artes de fazer, astúcias sutis, táticas de resistências pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito”⁶. Aqueles que faziam funcionar a ENRJN conviviam com os diferentes condicionantes difusores dos ideais ruralistas, mas operacionalizavam suas práticas atrelando vontades outras com desejos cotidianos, perfazendo algo que podemos chamar de novo considerando que não era mais o que se dizia ser ruralismo da educação e sim um ruralismo inventado no cotidiano das coisas do Juazeiro do Norte.

Os ideais de fundação da ENRJN estão marcados pelas características do lugar e dos devotos do Pe. Cícero Romão Batista. Juazeiro, cidade da região do Carirí, no

⁵ Jornal O Lavrador (nº 45, 1939, p. 2).

⁶ Notas na contra-capá do livro Certeau, M. A invenção do cotidiano: 1; artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

Estado do Ceará, ficou conhecida na historiografia brasileira pelos conflitos políticos e milagres creditados ao Padre Cícero, dentre eles o da hóstia que se transformou em sangue na boca da beata Maria de Araújo. A cidade de Juazeiro se tornou um reduto de devotos que materializavam sua fé através das peregrinações, romarias, orações, benditos, promessas e o culto à imagem do “santo” do Juazeiro do Norte, o “padrinho” que a todos protegia na cidade que ainda é reconhecida pelos crentes como espaço de comunicação entre a terra e o céu (DELLA CAVA, 1976). Quando a ENRJN foi idealizada não faltou a benção do Padre Cícero que se tornou um de seus fundadores e acionistas.

A ENRJN teve também em seus fatores constituintes a vontade “missionária e cruzadista” de Amália Xavier de Oliveira, a Dona Amália de Juazeiro do Norte. A referida personagem é autora de várias publicações sobre a cidade do interior do Estado do Ceará conhecida como Juazeiro do Padre Cícero. Educadora, nascida no dia 05 de abril de 1904, teve formação no Colégio das Irmãs Dorotéias, em Fortaleza. Foi normalista, cursou especialização no Instituto de Educação do Rio de Janeiro em 1933, bem como em Música e Canto Orfeônico. Sua carreira profissional esteve associada à existência da primeira escola normal rural do Brasil em um misto de idealismo, vontades políticas e valores que marcaram as práticas e o cotidiano da referida instituição educacional.

Os discursos produzidos por Dona Amália nos primeiros anos da Escola de Juazeiro são marcados pelo tom redentor, heróico e missionário. Não podemos deixar de considerar que discursos apologéticos e de favorecimentos às populações menos abastadas são característicos dos que participaram de ações ditas “fundadoras”. O discurso de Amália Xavier destaca que a *Escola precisa ensinar a viver*, denotando o caráter “missionário” da escola e de seus fundadores.

Isso demonstra que instituições educacionais são constituídas por diferentes motivos que podem relacionar-se a vontades políticas, necessidades de formação, ideais nacionalistas ou mesmo todos esses fatores unidos. A fundação da ENRJN foi marcada pela iniciativa de pessoas que, na época, representavam agrupamentos econômicos, políticos e intelectuais importantes da região do Cariri que marcaram a operação do funcionamento do cotidiano institucional com seus valores e ideais, mesmo sabendo que

estes passam a ser transmutados nas operações dos usuários (CERTEAU, 1994), nas ações do dia-a-dia, através do exercício dos outros que fazem o cotidiano da instituição.

Assim, quando analisamos o Jornal *O Lavrador*, encontramos a constituição de ideais de formação que, fabricados através dos ideais ruralistas anteriormente mencionados, constituíam algo novo. Apresentavam uma operacionalização fundada em uma religiosidade salvacionista, redentora e messiânica, bem características das “coisas do Juazeiro”.

Ela tem por fim tirar das trevas do analfabetismo a mocidade deste rincão, o Cariri, ministrando-lhe, a par da instrução técnica, profissional agrícola, os ensinamentos da religião Christã, sob cujos auspícios, graças a Deus foi instituída⁷.

Podemos ainda constatar que, como afirma Certeau (1994), as estratégias são operadas pelos usuários. No caso da ENRJN, além de formar um homem que defendesse os ideais de progresso e nação, a escola salvaria suas almas em uma verdadeira cruzada redentora. "...as professoras saídas da Escola Normal Rural, serão os faróis possantes a derramar as luzes de uma ciência benta seja sobre as cabecinhas da juventude, afirmando ainda que só a posteridade reconheceria a grandiosidade da obra que, silenciosamente e lutando com as hostilidades ambientes vamos empreendendo"⁸. A ENRJN não é somente uma instituição caracterizada pelos ideais higienistas e de uma pedagogia ativa que marcaram o início do século XX. A escola era reconhecida pelos seus usuários como um espaço do sagrado, "o santuário no qual aspiravas as emanações sublimes da luz da ciência - A Escola Normal Rural"⁹.

Os rituais vivenciados pelos usuários da ENRJN combinavam as características religiosas particulares do Juazeiro com os ideais ruralistas, como demonstra uma passagem do discurso de formatura da turma de 1939 proferido por Jeni Machado. "A Escola Normal Rural, - Samaritana piedosa, encheu o cântaro do nosso cérebro da água cristalina do saber. Cumpre-nos, agora, saciar a sede dos que, como nós, não tiveram a ventura de beber dessa água miraculosa. Vamos deixar-te, Templo bendito do

⁷ Jornal O Lavrador (nº 14-15, 1936, p. capa).

⁸ Jornal O Lavrador (nº 19-20, 1937, p. 10).

⁹ Jornal O Lavrador (nº 24, 1937, p. 5).

ruralismo!"¹⁰. Fica patente a resignificação operada, dotando a instituição educacional da representação de “Templo” e o próprio movimento ruralista como “redentor” que salvará, por meio de verdadeiros milagres, as alunas que adquiriam conhecimentos e vivenciavam as práticas cotidianas nas terras campesinas.

As práticas operadas na ENRJN estavam inseridas em um turbilhão de forças que tencionavam em diferentes direções. O que se pode constatar é que pouco ou quase nada foi encontrado sobre o envolvimento da escola e de seus usuários em movimentos populares, como o Caldeirão, ocorridos nos anos de fundação da instituição. Foram encontrados citações e discursos contra o que se chamou de práticas comunistas. "Como pacífico, laborioso, disciplinado, protegido da ameaça comunista pelas tradições seculares do apego à Igreja, o Brasil, sente-se orgulhoso, perante o grande desenvolvimento da sua indústria assucareira"¹¹. São expressões de uma época marcada pelas tensões políticas que perpassavam campo e cidade e operadas de acordo com os desejos e necessidades dos usuários.

Os usuários da ENRJN estavam inseridos em um contexto de conflitos políticos, messianismo, sofrimento causado pelas secas e ideais de modernidade e progresso que os discursos proferidos em favor da Escola Nova e do Ruralismo exerciam sobre seus usuários. Quando investigamos a formação dos professores ruralistas da ENRJN, verificamos que dos que freqüentaram as três primeiras turmas quase nenhum foi exercer o magistério fora do perímetro urbano das cidades interioranas do Estado. As primeiras turmas estavam compostas na sua maioria por alunos pertencentes a camadas sociais mais abastadas, motivadas por uma formação diferenciada que a escola proporcionava. Muitos dos que ali estudaram passaram a exercer a função do magistério na própria cidade de Juazeiro ou exerceram outra profissão, muitas das mulheres passaram a constituir família e dedicar-se à educação dos próprios filhos.

A ENRJN está constituída na memória da maioria dos entrevistados e nas fontes escritas consultadas como uma instituição que formou grande parte dos que proporcionaram o crescimento da cidade de Juazeiro do Norte, passando a representar um misto de escola, templo, e local de sociabilidade. Os ideais ruralistas materializados

¹⁰ Jornal O Lavrador (nº 45, 1939, p. 6).

¹¹ Jornal O Lavrador (nº 42-43, 1939, p. 6)

nas práticas vivenciadas na ENRJN foram operacionalizados pelos seus usuários impregnados pelas características de suas vidas cotidianas.

REFERÊNCIAS

CASTELO, Plácido Aderaldo. *O Ensino Rural no Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1951.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. Trad. Maria Uedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HOBBSAWM, Erik J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *A formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação*. Brasília-DF: INEP/MEC, 2001.

TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papyrus, 1993.

MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Ruralismo, memórias e práticas educativas no cotidiano da primeira escola normal rural do Brasil: a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte - CE (1934 - 1946). In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MENNUCCI, Sud. *A Ruralização*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Educação Rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. *História da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e desporto, 1984.

ORSO, Paulino et. al. A importância do levantamento e da catalogação de fontes para a história da educação brasileira: um relato preliminar do trabalho realizado em Cascavel – PR. In: *Anais da IV Jornada do HISTEDBR – História Sociedade e Educação no Brasil: História e historiografia da educação*. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm> Acesso em: novembro de 2007.

SOUSA, Joaquim Moreira de. *Sistema Educacional Cearense*. Recife: MEC/INEP, 1961.

SOUZA, José Boaventura de. *Escola Normal Rural de Juazeiro: uma experiência Pioneira*. Juazeiro do Norte: IPESC, 1994, (Série Monografia, nº 3).

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 3ª ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1978.

_____. *O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de Organização Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.